

AGRONEGÓCIO

ESTUDOS JURÍDICOS PARA O CAMPO BRASILEIRO

**UMA REFERÊNCIA ATUALIZADA PARA DECISÕES MELHORES,
RISCOS MENORES E RESULTADOS SUSTENTÁVEIS**

AGRONEGÓCIO

Estudos Jurídicos para o Campo Brasileiro

©Orgs.: Paulo Dias de Moura Ribeiro, Wilson Furtado Roberto, Aline Gomes Caselato, Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Pollyanna Krüger, Marina Pantoja

EDITORA MIZUNO 2025

Revisão: Paulo Dias de Moura Ribeiro, Wilson Furtado Roberto, Aline Gomes Caselato, Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Pollyanna Krüger, Marina Pantoja

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
A281	Agronegócio: estudos jurídicos para o campo brasileiro / Organização de Paulo Dias de Moura Ribeiro, Wilson Furtado Roberto, Aline Gomes Caselato. – Leme-SP: Mizuno, 2025. Outros organizadores: Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Pollyanna Krüger, Marina Pantoja. 612 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-85-7789-828-2 1. Direito público econômico aplicado ao agronegócio no Brasil. I. Ribeiro, Paulo Dias de Moura (Organizador). II. Roberto, Wilson Furtado (Organizador). III. Caselato, Aline Gomes (Organizadora). IV. Título. CDD 343.08781
Índice para catálogo sistemático	
I. Direito público econômico aplicado ao agronegócio no Brasil	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

A EXPORTAÇÃO DE <i>COMMODITIES</i> A GRANEL – QUEBRAS TÉCNICAS E PERDAS	23
Alessandra Okuma	
1 Introdução	23
2 O problema das perdas e quebras técnicas de grãos	23
3 O atual tratamento tributário das exportações	29
4 O tratamento das operações a granel e a assimetria das leis estaduais	33
5 O tratamento tributário das exportações na Reforma Tributária Emenda Constitucional 132/2023	38
6 Referências	41
 A DESVANTAGEM COMPETITIVA DA DESINFORMAÇÃO PROPOSITAL AO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	 43
Alexandre Valente Selistre	
1 Introdução	43
2 A desinformação proposital ideológica	49
3 A desinformação como desvantagem competitiva à luz da Teoria de Porter	51
4 Os impactos da desinformação como desvantagem competitiva no agronegócio brasileiro	53
5 Derradeiras considerações	59
6 Referências	61
 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL CULTURAL NO BRASIL	 64
Ana Carolina Amaral de Pontes	
1 Notas introdutórias	64
2 Uma reiterada negligência: regularização fundiária e povos tradicionais no Brasil	66
2.1 Regularização e arcabouço legal	66
2.2 Desafios práticos da regularização fundiária de povos tradicionais	67
3 Papel das mulheres em comunidades tradicionais e seu especial valor no combate ao racismo ambiental e manutenção do multiculturalismo e diversidade cultural e ambiental brasileiras	70

4 Produzindo conhecimento sobre regularização fundiária no Brasil: como os saberes das mulheres integrantes de comunidades tradicionais são (ou não) integrados?	72
5 Os saberes femininos tradicionais como meio ambiente cultural e sua contribuição a uma regularização fundiária ampla: muito além do território	74
6 Considerações finais	77
7 Referências	78

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXCLUSÃO DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR) NO CONTEXTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

80

Ana Vitória Crespani | Marco Aurélio Ferreira Coelho

1 Introdução	80
2 A CPR e sua importância para o financiamento do agronegócio	81
3 Considerações sobre a (não) sujeição da CPR ao concurso de credores	84
4 A (In)constitucionalidade da Exclusão da Cédula de Produtor Rural no Contexto da Recuperação Judicial	89
5 Considerações finais	95
6 Referências	96

INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL COMO SISTEMA

97

Arnaldo Rizzardo Filho | Albenir Querubini | Thiago Bortolini

1 Introdução	97
2 A teoria dos sistemas autopoieticos aplicada ao Direito	98
3 A integração vertical como (sub)sistema econômico	103
4 O acoplamento estrutural entre o subsistema da integração vertical e o sistema do direito	106
5 Conclusão	110
6 Referências	111

JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS TÉCNICAS: RISCOS, IMPACTOS ECONÔMICOS E LIÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

113

Arthur Gomes | Arthur Mendes Lobo

1 Introdução	113
2 Fundamentação teórica: o problema da judicialização técnica	114
2.1 Conceituação e delimitação do problema	114
2.2 Impactos sistêmicos da instabilidade regulatória	114
3 Estudo de caso: agronegócio e a regulação de insumos agrícolas	115
3.1 Panorama setorial e relevância estratégica	115
3.2 Análise de precedente: ADI 5553 e a preservação da política tributária setorial	115
3.3 Casos específicos de interferência judicial	116
4 Análise econômica: custos da insegurança regulatória	116
4.1 Impactos diretos sobre investimentos e inovação	116
4.2 Efeitos sobre o "Custo Brasil"	117

5	Análise comparativa internacional: modelos de governança regulatória	117
5.1	Estados Unidos: a doutrina <i>Chevron</i> e deferência técnica	117
5.2	Canadá: <i>Pest Management Regulatory Agency</i> (PMRA)	118
5.3	União Europeia: <i>European Food Safety Authority</i> (EFSA)	118
5.4	Lições para o Brasil	118
6	Propostas para racionalização institucional	118
6.1	Fortalecimento das agências reguladoras	118
6.2	Aperfeiçoamento dos critérios de admissibilidade judicial	119
6.3	Mecanismos pré-judiciais de solução de conflitos	119
6.4	Institucionalização de pareceres técnicos independentes	119
6.5	Fortalecimento do diálogo interinstitucional	119
7	Desafios de implementação e considerações futuras	120
7.1	Resistências institucionais	120
7.2	Necessidade de mudança cultural	120
7.3	Monitoramento e avaliação	120
8	Conclusão	120
9	Referências	122

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL: OS DESAFIOS, BUROCRACIA E O QUE MAIS ESTÁ ENVOLVIDO

123

Barbara Oliveira Silva Araujo | Alice Castanheira

1	Introdução	124
2	A luta pela terra	125
2.1	A importância da condição ambiental da terra	127
2.2	A legislação envolvida no processo de regularização	127
2.3	Principais Desafios no Processo de Regularização	127
3	Áreas rurais indígenas	129
3.1	Regularização - possibilidades	129
3.2	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais em Áreas Quilombolas	130
4	Estudos de componentes indígenas e/ou quilombolas	133
5	Marco legal e procedimentos gerais	134
6	O papel dos programas governamentais	135
7	Conclusão	137
8	Referências	138

ASPECTOS GERAIS DO DIREITO CREDITÓRIO NO AGRONEGÓCIO

139

Camila Crespi Castro Okuda

1	Introdução	139
2	Fundamentos do crédito no agronegócio	140
2.1	Conceito e função do crédito rural	142
2.2	Evolução do financiamento rural no Brasil	143

3 Crédito privado no agronegócio	146
4 Estruturas e instrumentos de crédito	149
4.1 Operações de <i>barter</i>	150
4.2 Operações com Cédula de Produto Rural (CPR)	151
4.3 Operações com Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	152
4.4 Operações de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	153
4.5 Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro)	155
5 Conclusão	156
6 Referências	157

**UMA PROPOSTA PARA CONCRETIZAR OS DIREITOS DOS AGRICULTORES
ÀS SEMENTES PRÓPRIAS** 159

Charlene de Ávila | Neri Perin

1 Considerações preliminares	159
2 Introdução	160
3 Proposta para alteração do artigo 42 da Lei 9.279/96 aos moldes da Lei 9.456/97	169
4 Propostas de alterações indicadas pelo saudoso mestre Denis Borges Barbosa e pelo advogado agrarista Néri Perin	170
5 Da Lei 9.279/96	171
6 Referências	175

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA:
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO PRECONDIÇÃO PARA A PRODUÇÃO
AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL DOS KALUNGA** 176

Danyllo Diniz Costa | José de Castro Meira Júnior

1 Introdução	176
2 Fundamentos jurídicos da regularização quilombola	177
3 Situação fundiária e socioeconômica do território Kalunga	180
4 Desafios e perspectivas para a sustentabilidade agrícola	185
5 Conclusão	189
6 Referências	190

**OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES** 192

Eduardo Bitello | Fabiana Favreto

1 Introdução	192
2 A nova tributação sobre o agronegócio brasileiro	193
3 O que propõe a Reforma Tributária	196
4 Impactos para o agronegócio	199
5 Conclusão	200
6 Referências	201

OS DESAFIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O AGRONEGÓCIO..... 203

Fernanda Isabel Koch

1 Introdução.....	203
2 Os desafios da Reforma Tributária para o agronegócio.....	205
2.1 Cesta Básica Nacional.....	206
2.2 Regime diferenciado para o agronegócio.....	208
2.3 Tentativa de constitucionalização dos fundos agro.....	213
3 Conclusão.....	214
4 Referências.....	215

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO AGRONEGÓCIO..... 217

Fernando Brandariz

1 Introdução.....	217
2 Breve considerações sobre o agronegócio.....	218
3 Breves considerações sobre os principais desafios enfrentados na sucessão rural sob a ótica patrimonial.....	218
4 Síntese sobre o processo sucessório no agronegócio familiar.....	220
5 Holding familiar no planejamento sucessório do agro.....	222
5.1 Espécies de holding.....	223
6 Holding Internacional – Offshore – IBC (International Business Company) no planejamento sucessório do agro.....	224
7 Inventário e imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> de bens situados no exterior.....	226
8 Referências.....	227

A DEFESA JUDICIAL DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO PRODUTOR RURAL DISPOSTO NO ESTATUTO DA TERRA..... 229

Guiomar Feitosa de Albuquerque Lima Mendes Maria Carolina Feitosa de Albuquerque Tarelho Teixeira

1 Introdução.....	229
2 O instituto do direito de preferência.....	232
3 Violações ao direito de preferência do arrendatário e os mecanismos judiciais de proteção ao produtor rural.....	237
3.1 Registro tardio ou ausência de transposição do negócio na matrícula do bem.....	238
3.2 Simulação.....	239
3.2.1 Fixação de preço a menor para fraudar o fisco.....	240
3.2.2 Fixação de preço a maior para inviabilizar financeiramente o exercício do direito pelo legítimo arrendatário.....	243
4 Conclusão.....	246
5 Referências.....	247

A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL: IMPERATIVO CONSTITUCIONAL E EXIGÊNCIA DA GOVERNANÇA GLOBAL..... 249

Ingrid Gil Sales Barreto | Joice Wolf Scholl

1 Introdução.....	250
2 Desenvolvimento	256
3 Metodologia	263
4 Resultados e discussão	264
5 Considerações finais	267
6 Referências	268

A POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DA ENTREGA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM PERDAS E DANOS E A POSSIBILIDADE DA DAÇÃO EM PAGAMENTO POR MEIO DE SACAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM QUALQUER FASE PROCESSUAL – INSTRUMENTOS DE SOLUÇÃO DE OBRIGAÇÕES NO ÂMBITO DO AGRONEGÓCIO..... 273

Ivo Tinô do Amaral Junior | Marcus Vinícius Souza Mamede

AGRONEGÓCIO: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CONCORRENCIAL DO MERCADO DE FERTILIZANTES NO BRASIL..... 286

Juliana Oliveira Domingues | Patrícia Arantes de Paiva Medeiros

1 Introdução.....	286
2 Breve histórico	287
2.1 O papel do CADE	290
3 O mercado de fertilizantes no mundo e os impactos na produção brasileira	291
3.1 O custo Brasil e a competitividade do produto brasileiro	293
4 Como o CADE regula o mercado: a análise de concentrações empresariais	296
5 Considerações finais	298
6 Referências	299

TEMPOS DESAFIADORES: A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS..... 302

Karen Badaró Viero

1 Introdução.....	303
2 A natureza jurídica do contrato	303
3 Aplicação ao contrato de compra e venda de máquinas agrícolas	304
4 Elementos essenciais	305
4.1 Elementos essenciais do contrato segundo o Código Civil	305
5 Objeto: A máquina agrícola como bem determinado	305
6 Preço: Determinação e modalidades de pagamento	306

7 Entrega: Responsabilidade, prazo e local	306
8 Cláusulas relevantes nos contratos de máquinas agrícolas: uma análise jurídica	307
9 Contratos com financiamento público e incentivos fiscais	308
10 A Teoria da Imprevisão nos contratos agrícolas	309
11 Garantias dos contratos de compra e venda de máquinas agrícolas: proteção e segurança jurídica	310
12 Boa-fé e função social na alocação de responsabilidades	310
13 Garantia legal por vícios ocultos	311
14 Garantias reais: alienação fiduciária e CPRF	311
15 Responsabilidades e riscos	311
16 Transferência dos riscos: o papel da tradição	312
17 Possibilidade de convenção diversa	312
18 Conclusão	312
19 Referências	313

OS TÍTULOS DE CRÉDITO NO AGRONEGÓCIO: INSTRUMENTOS JURÍDICOS E FUNCIONAIS DA ATIVIDADE RURAL MODERNA..... 315

Leonardo Alves Canuto

1 Introdução	315
2 Fundamentos históricos e legais dos títulos de crédito no agronegócio brasileiro	316
3 Fundamentação jurídica dos títulos de crédito no agronegócio	317
4 Análise dos principais títulos de crédito do agronegócio	318
4.1 Cédula de Produto Rural (CPR)	318
4.2 Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)	320
4.3 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	322
4.4 Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	324
4.5 Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	326
4.6 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	327
5 A nova Lei do Agro (Lei nº 13.986/2020)	329
5.1 Patrimônio Rural em Afetação	329
5.2 Fundo Garantidor Solidário (FGS)	330
5.3 Cédula Imobiliária Rural (CIR)	330
5.4 Impactos Práticos e Tendências	331
6 Securitização e mercado de capitais no agronegócio	331
6.1 Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	331
6.2 FIDC do Agronegócio	332
6.3 Debêntures do Agronegócio e Debêntures Verdes	332
6.4 Desafios regulatórios e operacionais	332
7 Conclusão	333
8 Referências	333

O CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL NO CONTEXTO DO LEILÃO JUDICIAL DO IMÓVEL ARRENDADO: MEDIDAS PROCESSUAIS CABÍVEIS PARA A PREVALÊNCIA DO CONTRATO OU EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PELO ARRENDATÁRIO SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	335
Luiz Rodrigues Wambier Jorge Luiz da Silva Filho	

1 Introdução	335
2 Da natureza jurídica do contrato de arrendamento rural e do regramento legal brasileiro: uma análise da Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) e do Decreto nº 59.566/1966 (Regulamento dos Contratos Agrários)	338
3 Da vigência do contrato de arrendamento rural na hipótese de alienação do imóvel arrendado através de leilão judicial	341
4 Do direito de preferência legal previsto no Estatuto da Terra na hipótese de leilão judicial de imóvel rural objeto de contrato de arrendamento rural	345
5 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria de ações relativas a contratos de arrendamento rural	347
6 Conclusão	352
7 Referências	353

DIREITO SUBJETIVO DO RURÍCOLA À REPROGRAMAÇÃO DO CRÉDITO RURAL	356
Neri Perin Gustavo Arthur Coelho Lobo de Carvalho	

1 Introdução	356
2 Os princípios do Direito Agrário aplicáveis à reprogramação do crédito rural	358
3 A terminologia utilizada na reprogramação do crédito rural	359
4 Os fundamentos da reprogramação	360
5 Os requisitos necessários para a reprogramação	361
6 O direito subjetivo do mutuário à prorrogação	362
7 O conflito de interesses entre as partes contratantes de crédito rural	364
8 Conclusão	366
9 Referências	369

FUTURO DO TRABALHO NO CAMPO: DESAFIOS, INTERSECCIONALIDADE E CAMINHOS JURÍDICOS À LUZ DA AGENDA 2030	370
Paula Frassinetti Mattos	

• ODS 1 – Erradicação da pobreza	371
• ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável	373
• ODS 8 – Trabalho decente e desenvolvimento econômico	376
• Saúde mental do trabalhador no campo	379

RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESÁRIOS RURAIS NO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DE ALGUNS PROCESSOS AJUIZADOS ENTRE 2022 E 2024 386

Paulo Henrique Faria

1	Introdução	386
2	Material e métodos	388
3	Resultados e discussão	389
4	Considerações finais	404
5	Referências	405

FIAGRO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: INOVAÇÃO FINANCEIRA, CORPORATIVA E SUSTENTÁVEL NO AGRONEGÓCIO 409

Pedro de Menezes Carvalho | Rodrigo de Abreu Pinto

1	Fundos de investimento	411
2	FIAGRO	414
3	Impactos do FIAGRO	417
4	Conclusão	419

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NOTAS CONSTITUCIONAIS 420

Saul Tourinho Leal | Martha Rosso Leonardi

1	Apresentação	420
2	Meio ambiente e desenvolvimento: a sintonia desejada	421
3	A “Constituição Verde” e o desenvolvimento sustentável	424
4	O reconhecimento dos riscos inerentes à vida em coletividade	430
5	As razões de decidir nas ADPF’s 656 e 658 (agrodefensivos)	432
6	Considerações finais	434
7	Referências	435

AGRONEGÓCIO – A GRANDIOSIDADE RURAL LAMENTA A INCONSCIÊNCIA DOS GOVERNOS 436

Stanley Martins Frasão | Vinicius Corrêa de Queiroz

1	Introdução	436
2	O agronegócio – O crédito rural – Fator de atualização da dívida	440
3	Agronegócio e a recuperação judicial	445
4	Cooperativas de Crédito como fomento para o crédito rural	449
5	Produtores rurais – Resilientes na produção de alimentos perante os desvaneios dos Governos	450
6	Conclusão	453
7	Referências	454

A INCIDÊNCIA DO ITR SOBRE ÁREAS INVADIDAS: OS LIMITES DA PROPRIEDADE DA TERRA E O ANIMUS DOMINIS SOB A PERSPECTIVA DO CARF E DO STJ..... 455

Wesley Rocha | Murilo Soares de Castilho

1 O Imposto Territorial Rural - Introdução	455
2 Sujeito passivo do ITR e a legislação aplicada	462
3 A exigência do ITR e o <i>Animus Domini</i>	465
3.1 O <i>Animus Domini</i> e decisões do CARF	467
3.2 O <i>Animus Domini</i> e decisões STJ	479
4 Conclusão	484
5 Referências	486

ITR: JUSTIÇA TRIBUTÁRIA NO CAMPO NÃO PODE ESPERAR..... 487

Yendis Costa Rodrigues

1 Introdução	487
2 O ITR no Sistema Constitucional Tributário	488
3 Disfunções estruturais do modelo atual	489
4 O PLP 1648/2024: proposta de mudança normativa	490
5 Análise jurídica crítica do PLP 1648/2024	492
6 Justiça fiscal e sustentabilidade na tributação rural	493
7 O papel dos municípios na arrecadação e fiscalização do ITR	494
8 Considerações sobre jurisprudência administrativa e judicial	494
9 Impactos da reforma para a segurança jurídica e o produtor rural	495
10 Conclusão	496
11 Referências	497

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL NO BRASIL – INTERDISCIPLINARIEDADE À LUZ DO NEOCONSTITUCIONALISMO..... 499

André Luiz Aida Alves | Cyntia Melo Rosa

1 Introdução	499
2 Revisão de literatura	500
2.1 Análise normativa da Recuperação Judicial e da Recuperação Judicial Produtor Rural	500
2.1.1 Desenvolvimento histórico da Recuperação judicial: do Direito Falimentar punitivo ao Direito Recuperacional	500
2.1.2 A Recuperação Judicial como forma de solução da crise empresarial	503
2.1.3 Neoconstitucionalismo e os novos contornos da Recuperação Judicial no Campo	504
2.1.4 Experiências em outros países	505
2.1.4.1 Portugal	505
2.1.4.2 Alemanha	506
2.1.4.3 Espanha	506
2.1.4.4 França	507
2.1.4.5 Itália	507
2.1.4.6 Estados Unidos da América	508
2.1.4.7 A recuperação judicial do produtor rural	508

2.2 A Recuperação Judicial sob o enfoque da Teoria Jurídica da Empresa, da Nova Economia Institucional e da Teoria dos <i>Stakeholders</i> – Recuperação Judicial como instituição	510
2.2.1 A Teoria Jurídica da Empresa e a Nova Economia Institucional	510
2.2.2 A Teoria dos <i>Stakeholders</i>	512
2.3 Análise Econômica do Direito e das Organizações	513
3 Resultados e discussão	514
4 Considerações finais	516
5 Referências	518

AGRONEGÓCIO, O CISNE NEGRO TARIFÁRIO E *SOFT POWER*

Danny Fabrício Cabral Gomes

1 O Agronegócio brasileiro como pilar econômico	520
2 O cisne negro tarifário	522
3 Agronegócio e <i>soft power</i>	532
4 ESG como condição de sustentabilidade do <i>soft power</i>	535
5 Segurança jurídica, desenvolvimento econômico-social e <i>soft power</i>	541
6 Conclusão	548

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TÍTULOS DE POSSE NO PARÁ: HISTÓRIA, LIMITES E PERSPECTIVAS

Jorge Alex Nunes Athias | João Daniel Macedo Sá

1 Introdução	550
2 Regularização fundiária rural no Brasil e no Pará	552
3 O título de posse no Pará: natureza jurídica, evolução normativa e relevância na regularização fundiária	556
4 Conclusão	561
5 Referências	563

REGULARIDADE FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO AGRONEGÓCIO: DESAFIOS DA CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA NA SUPERAÇÃO DA CRISE

Lorena Dias Gargaglione

1 Introdução	566
2 Plano de recuperação judicial	568
3 Os óbices promovidos pela tributação à recuperação judicial (análise do posicionamento do STJ no RESP 2.053.240/SP)	573
4 Inclusão da dívida tributária na Recuperação Judicial	578
5 Considerações finais	581
6 Referências	582

A GARANTIA FIDUCIÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL: LIMITES DA RENÚNCIA E CONSEQUÊNCIAS DELIBERATIVAS 584

Pollyanna Kruger

1	Introdução.....	584
2	Quadro normativo e conceito de garantia fiduciária	585
2.1	Evolução legislativa e fundamento civilista	585
2.2	Natureza jurídica e efeitos no processo recuperacional	585
2.3	A interface com o crédito rural	586
3	A renúncia à garantia fiduciária: natureza jurídica e limites	586
3.1	Conceito e fundamento da renúncia	586
3.2	Modalidades de renúncia: expressa e tácita	587
3.3	Ato jurídico e limites à autonomia da vontade	587
3.4	Efeitos práticos da renúncia	588
4	Jurisprudência selecionada e interpretação contemporânea	588
4.1	A consolidação jurisprudencial da extraconcursalidade	588
4.2	Tema Repetitivo 1.145 do STJ e a posição do produtor rural	589
4.3	A renúncia e a jurisprudência sobre efeitos deliberativos	590
5	Consequências deliberativas na recuperação judicial do produtor rural	590
5.1	Efeitos sobre as classes de credores	590
5.2	Impactos sobre o quórum de aprovação	591
5.3	Reflexos sobre o <i>stay period</i> e a execução fiduciária	591
6	Proposta de critérios interpretativos	592
7	Conclusão	594
8	Referências	595

O DILEMA DO CARBONO ZERO: COMO POLÍTICAS AMBIENTAIS PODEM SE TORNAR BARREIRAS AO COMÉRCIO AGRÍCOLA 596

Marina Pantoja | Wilson Roberto

1	Introdução.....	597
2	O Acordo TBT da Organização Mundial do Comércio	598
3	Políticas de Carbono Zero: o caso CBAM	603
4	Proteção ambiental e barreiras comerciais	606
5	Considerações finais	610
6	Referências	611